

ria mencionar a lei da alternativa que mandava revezar entre superiores brasileiros e portugueses, segundo se lê nas *Atas Capitulares* e se pode comprovar no livro de óbitos, ambos citados pelo autor; pois, cada óbito indica a nacionalidade do respectivo religioso.

A decadência da Província franciscana que o autor atribui ao decreto imperial da proibição dos noviciados (1855), na realidade remonta à perseguição pombalina a partir de 1764 (p. 22). — O marceneiro citado à pág. 24 vem a ser Frei Bartolomeu Sturm, não porem Fr. Bartolomeu Scheer, o qual na pág. 27 figura como professor do seminário, como de fato o foi.

A par da crônica franciscana, interessa vivamente a arquitetura do convento (p. 30 ss), notando-se a ausência de explicações nítidas quanto à disposição original do conjunto conventual. A biblioteca não ficava sobre a sacristia, conforme hoje se verifica em Salvador, Olinda, Recife etc. A própria planta baixa (ilustração 19) deveria ser mais detalhada, indicando a capela do capítulo (8A), a sala da farinha, o Dep:ofundis (rente ao refeitório), a cozinha, a primitiva sacristia etc. (Cf. Maria do Carmo Tavares de Miranda, OS FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DO BRASIL, Recife, 1976 p. 97 ss) A legenda da planta poderia explicar a finalidade de cada dependência, por ser geralmente ignorada pelo público.

É de esperar que outras edições congêneres futuras ou reedições satisficam as exigências da historiografia franciscana, desde que existe abundante literatura sobre esta matéria.

FREI VENÂNCIO WILLEKE, OFM.

* * *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *La Influencia de los Mercaderes en la Política Comercial y Colonial Ibérica*, in "Libro de homenaje a Luiz Alberto Sanchez en sus 40 años de docencia universitaria". Lima. Talleres Graficos P. L. Villanueva S.A., 1967, p. 261-280.

O presente trabalho apresenta interessante tópico da História Ibérica, qual seja a influência exercida pelos mercadores ibéricos na política comercial e colonial de seus países.

A terceira parte trata da "Influência dos mercadores na política comercial do século XVIII", mostrando, por um lado, a decadência dos grandes comerciantes de Sevilha e de Cádiz e a ascensão dos exportadores nas regiões prósperas e dos pequenos comerciantes nas regiões decadentes. Por outro lado analisa a situação dos comerciantes portugueses até a época da invasão napoleônica, mantendo, até então, grande controle do comércio colonial, inclusive tirando dele o maior proveito.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

* *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *Conflict and Continuity in Brazilian History*. University of South Caroline Press. 268-296. 1969.

Num esquema preciso e bem cuidado, esta obra tem por fim estudar os elementos de continuidade e de conflito de nossa sociedade, a partir da época colonial. A sim sendo, inicia o exame da “evolução das bases sociais e econômicas da sociedade brasileira” (p. 268) pelo papel de continuidade do latifúndio na estrutura econômica e social do Brasil colonial e independente.

O século XIX é apresentado como período de ruptura potencial da sociedade aristocrática rural tradicional, tornando-se em sua segunda metade pontos de conflito, por exemplo, a libertação dos escravos, a vinda dos imigrantes e o modesto desenvolvimento industrial do país.

O fenômeno da industrialização, visto como fator preponderante da aceleração e transformação da sociedade brasileira em sociedade industrial e as fontes potenciais de conflito existentes até os nossos dias, constituem matéria do segundo capítulo, intitulado “O Brasil desde 1929”.

Na última parte, “Prescrições para o futuro”, é dado especial realce às principais correntes econômicas, esposadas por Roberto Campos, Antônio Dias Leite e Celso Furtado.

No decurso de todo o seu trabalho, a autora procura demonstrar como o elemento de continuidade e não o de conflito — este, aliás, citado em primeiro lugar no título desta obra — se apresenta como característica dominante de nossa História. E, à guisa de conclusão, utiliza-se da exposição das três correntes econômicas, por se apresentar nelas, ao menos em teoria, como ponto comum, a inclinação para resolver os problemas correntes que envolvem conflito, através de mudanças na estrutura de nossa sociedade.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

* *

*

RIBEIRO JUNIOR (José). — *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. HUCITEC, São Paulo, 1976.

Um dos problemas da produção intelectual universitária brasileira tem sido o da sua divulgação. Em inúmeras Faculdades e Institutos isolados ou ligados a Universidades, têm sido defendidas teses de Mestrado, de Doutorado ou de Livre-Docência que permanecem praticamente no anonimato, ficando apenas no conhecimento restrito de um pequeno círculo de amigos e colegas dos autores. A claudicante periodicidade das revistas universitárias e sua má distribuição também contribuem para o pequeno alcance da difusão de trabalhos importantes. Na maioria das vezes, escrita e defendida a tese,